

Deputado Dermilson Chagas defende desenvolvimento do interior como alternativa econômica mais viável para reduzir a dependência da ZFM no Amazonas

19.04.22

Na opinião do parlamentar, a persistência da forte dependência da economia amazonense aos resultados do Polo Industrial de Manaus, mesmo após 55 anos de existência do modelo, pode indicar graves equívocos cometidos pelos sucessivos governos estaduais na definição de prioridades, ou falta delas, na aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento dos municípios do interior do Estado

O deputado Dermilson Chagas é defensor do desenvolvimento do interior do Amazonas como alternativa econômica mais viável para reduzir a incômoda dependência do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) na economia do Estado, cuja contribuição mais importante, além da geração de emprego e renda para o interiorano, será complementar e diversificar a matriz econômica da região com investimentos em atividades que privilegiem a instalação e ampliação de processos produtivos novos e aqueles com mercados já consolidados, oriundos da floresta, do extrativismo, fármacos, bioeconomia, agroindústria, piscicultura e tantos outros produtos igualmente importantes do setor primário.

Para o parlamentar, é muito difícil admitir-se que o Polo Industrial de Manaus (PIM) persista tanto tempo como alternativa principal e ainda insubstituível na matriz econômica estadual, apesar da destinação específica de tantos recursos criados por lei, por meio de Fundos estaduais e federais, em volume cuja cifra alcança dezenas de bilhões de reais, nos últimos 30 anos, visando exatamente o fomento de atividades econômicas e desenvolvimento do interior do Estado. Fato é que todos esses Fundos sofreram e continuam a sofrer boicotes sistemáticos e desvios de finalidades, cometidos por sucessivos governos, resultando hoje em benefícios que foram evitados e prejudicaram a população e a economia do Amazonas.

Para piorar, Dermilson lembra o longo histórico de ameaças do Governo Federal às vantagens comparativas do modelo, apesar de estar assegurado na Constituição Federal de 1988, e que têm sido recrudescidas no governo atual, cujos ataques têm gerado incertezas e enorme insegurança jurídica no segmento industrial, com potencial de prejudicar decisões de investidores na região. Por essa razão, o parlamentar diz que a solução mais viável para a economia do Estado crescer e gerar mais emprego e renda, em caráter complementar e não de substituição da ZFM, é a construção de um pacto do governo do Estado com a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), no sentido de resgatar os objetivos dos principais Fundos (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas – FTI e Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES) e garantir os investimentos necessários ao desenvolvimento dos municípios, que podem criar indústrias e empresas locais que passarão a ofertar produtos criados a partir da vocação de cada município,

como fábricas de açaí, queijos, polpas de frutas, além da piscicultura e outras atividades do setor primário, que podem ser intensificadas.

O parlamentar tem destinado várias emendas para beneficiar as atividades do setor primário no interior do estado. Somente neste ano, foram direcionados mais de R\$ 4,5 milhões para o setor da pesca por meio de emendas parlamentares para beneficiar pescadores e pescadoras artesanais do Amazonas.

Além das emendas destinadas, o deputado reivindicou em Brasília pela liberação do Seguro-Defeso 2015/2016, que ainda não foi liberado, mas, devido à frequentes cobranças do deputado Dermilson Chagas.